



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,  
Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal “O Estadão do Norte”, de Rondônia  
Publicada em 12 de março de 2009**

**Jornalista:** Os rondonienses, de certa maneira, sempre se consideram aliçados das benesses do governo federal, ao contrário do que acontece com o Acre, que durante boa parte de sua administração sempre recebeu mais recursos do que Rondônia. Por que esse tratamento diferenciado entre os dois estados?

**Presidente:** Basta comparar os números de vários programas e investimentos nos dois Estados para constatar que não tem base a idéia de que o Estado de Rondônia esteja sendo prejudicado. Em relação ao Prouni, por exemplo, são 3.873 estudantes beneficiados em Rondônia e 1.195 no Acre; o programa Bolsa Família beneficia 92.200 famílias em Rondônia e 55.200 no Acre. Quanto ao Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – o valor dos contratos assinados com agricultores chegou a R\$ 120 milhões em Rondônia e a R\$ 21 milhões no Acre. E também não estamos privilegiando Rondônia, apenas respeitando o fato de a sua população ser bem maior e o número de agricultores também ser muito mais expressivo. Quanto às obras do PAC, o Estado de Rondônia está sendo mais do que beneficiado: são nada menos que R\$ 16,7 bilhões até 2010 e R\$ 17,1 bilhões após este período, a maior parte para o Complexo do Rio Madeira, que são as usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. Trata-se da maior obra de engenharia dos últimos 22 anos no Brasil e figura entre as quatro maiores hidrelétricas do mundo. Uma das coisas que mais me orgulham no governo é a linha que adotei de não privilegiar e muito menos discriminar qualquer estado ou município do país. Um exemplo foi a reunião de prefeitos que fizemos em Brasília recentemente, quando colocamos à disposição de todos, sem perguntar a filiação partidária,



cada um dos programas federais voltados para os municípios e esclarecemos como implementá-los e como obter os recursos. Nós rompemos com aquele ranço, com aquela mania de por os interesses partidários ou eleitorais acima das aspirações da população. Não importa se quem vai inaugurar o programa ou a obra pertence a partidos adversários, o que interessa é que os direitos da população sejam garantidos e que suas necessidades sejam atendidas. Isso é o que importa de fato.

**Jornalista:** Sabemos que as usinas de Jirau e Santo Antônio estão sendo construídas para beneficiar o Brasil como um todo, em especial o centro sul. Quais os benefícios reais que esses dois empreendimentos trarão para Rondônia?

**Presidente:** Os projetos federais, especialmente os de caráter estratégico, são definidos considerando-se os interesses do país e não apenas da região em que se localizam. A Usina Hidrelétrica de Itaipu, por exemplo, está situada no Paraná, mas abastece Estados do Sul, do Sudeste e do Centro-oeste. No caso de Jirau e Santo Antônio, são megaempreendimentos que produzirão 20 vezes mais energia do que o consumo de Rondônia e, conectados ao SIN – Sistema Interligado Nacional –, servirão para abastecer estados de todas as regiões, barateando o preço da energia, resolvendo o problema de infraestrutura energética, criando as bases para um ciclo de desenvolvimento duradouro e sustentável. Se o país como um todo será beneficiado, Rondônia ainda mais – serão criados 60 mil empregos diretos e indiretos; haverá toda uma cadeia produtiva de fornecedores voltada para os dois projetos; com a abundância de energia, haverá plenas condições para a atração de empresas de médio e grande porte; 45% dos royalties caberão a Rondônia e 45% ao município de Porto Velho, entre vários outros benefícios.



**Jornalista:** Porto Velho foi uma das capitais que obtiveram mais recursos do PAC. Em compensação, a maior parte das obras começaram e, em seguida, pararam. Muitas, por falta de repasse de verbas. Como senhor explica essa situação?

**Presidente:** De fato, considerando tão somente os recursos destinados às usinas de Jirau e Santo Antônio, Porto Velho é a capital mais favorecida pelo PAC. As obras dos dois megaempreendimentos já tiveram início e estão em andamento. Em relação ao sistema que fará a conexão do Estado de Rondônia com o Sistema Interligado Nacional, mais de 70% das obras já estão concluídas. A Linha de Transmissão Porto Velho – Araraquara, também relacionada com o Complexo do Rio Madeira, já foi leiloada e está em fase de licenciamento ambiental. Portanto, nenhuma obra de Infraestrutura Energética teve início e foi paralisada. E temos cerca de 140 obras em todo o Estado relacionadas com a Infraestrutura Logística (sistemas, vias e terminais de transporte) e à Infraestrutura Social e Urbana. Para citar apenas algumas: está na fase de ação preparatória a construção da ponte sobre o Rio Madeira, um investimento de R\$ 97 milhões; também na fase preparatória, o terminal hidroviário de Porto Velho (Cai n'Água), no valor de R\$ 10 milhões; já em execução a manutenção das rodovias, com recursos de R\$ 223 milhões; está na fase de contratação a construção do Sistema de Esgotamento Sanitário de Porto Velho, com investimentos de R\$ 234 milhões. Estamos tomando todos os cuidados quanto às exigências legais, relacionadas principalmente com as licitações e as questões ambientais. Há projetos em várias fases: ação preparatória, em licitação, em contratação, contratadas e em execução. Nós não podemos e não queremos atropelar as determinações legais pois isso acabaria em embargo. Estamos equacionando todos os problemas que surgem para que as obras sejam entregues nos prazos estipulados.



**Jornalista:** A maior parte das terras ocupadas pelos produtores no estado está irregular – até mesmo as que foram destinadas a assentamento pelo Incra, impedindo, assim, que essas pessoas tenham acesso ao crédito para investimento na produção. Como o senhor pretende resolver a questão agrária em Rondônia desburocratizar as ações do Incra, que possui mazelas que se arrastam ao longo dos anos.

**Presidente:** De todos os Estados da Região Norte, Rondônia é o que tem a situação fundiária mais conhecida e identificada. 71% de seu território já foram regularizados, sendo destinados a terras indígenas, unidades de conservação, assentamentos ou áreas tituladas para particulares. Os outros 29% terão a situação regularizada a partir deste ano, com o Plano de Ordenamento Territorial, resolvendo-se o problema dos posseiros legítimos que ainda não têm documentos das terras. Nas décadas de 70 e 80, o governo federal promoveu dezenas de projetos de colonização em Rondônia. O resultado foi a titulação de quase 80 mil propriedades e o surgimento de 49 municípios a partir de assentamentos do Incra. Apenas três municípios do Estado – Porto Velho, Ji-Paraná e Guajará-Mirim não nasceram de assentamentos. Além dos quase 80 mil títulos, o Incra assentou mais de 30 mil famílias que, mesmo não tendo o título, também têm direito a crédito. São cerca de 110 mil propriedades com plenas condições de acessar créditos ou financiamentos bancários, a não ser nos casos de impedimento por questões cadastrais ou ambientais. No caso dos assentamentos, o Incra vem aplicando recursos importantes na abertura de estradas, na assistência técnica, educação, beneficiamento de produtos agrícolas e na recuperação de áreas desmatadas. Nosso objetivo é que os assentados produzam mais e que melhorem a renda obtida com a venda de seus produtos.



**Jornalista:** Quais os critérios que levaram o Governo a nomear o ex-senador Sibá Machado, do Acre, como representante de Rondônia no Conselho do Consórcio Energia Sustentável, responsável pela construção da usina de Jirau. Rondônia não teria uma pessoa capacitada para exercer tal função?

**Presidente:** O consórcio Energia Sustentável do Brasil é uma empresa privada criada especialmente para implantar e administrar a usina hidrelétrica de Jirau. 60% das suas ações pertencem a companhias privadas e 40% a companhias estatais. O Conselho de Administração é uma instância da administração prevista na legislação brasileira, que tem a incumbência, entre outras funções, de definir as diretrizes estratégicas da empresa e eleger a sua diretoria. Os membros do Conselho, também como prevê a legislação, são escolhidos em assembléia geral dos acionistas. Eles não são representantes de regiões, de Estados ou municípios, inclusive por se tratar de uma empresa privada. O que eles representam são as companhias associadas.

(\$31DHKL)